



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Coordenadoria de Acompanhamento de Ações do Ministério Público

Processo n.: 691270
Natureza: Processo Administrativo
Jurisdicionado: Câmara Municipal de Manhumirim

À Coordenadoria de Débito e Multa,

Retornam os presentes autos à Coordenadoria de Acompanhamento de Ações do Ministério Público para a adoção de medidas pertinentes após a retificação de certidão de débito emitida em desfavor do Sr. Júlio Maria Sangi da Silva pela Coordenadoria de Débito e Multa.

À vista do pagamento do débito pelos devedores a seguir identificados, foram emitidas as respectivas certidões de quitação: Sandra Maria Ker Marques Gouvea, Certidão de Quitação n. 49/2016 (f. 694) e João Rosendo Alvim Soares, Certidão de Quitação n. 277/2017 (f. 720v).

Em face da ausência de recolhimento voluntário, foram emitidas para os devedores as respectivas certidões de débito: Dalva Celeste Caetano de Oliveira Santos, Certidão de Débito n. 43/2016 (f. 675/676) e 46/2016 (f. 677/678); Jairo Dutra de Carvalho, Certidão de Débito n. 47/2016 (f. 679/680); João Rosendo Alvim Soares, Certidão de Débito n. 48/2016 (f. 681/682); Júlio Maria de Albuquerque, Certidão de Débito n. 49/2016 (f. 683/684); Júlio Maria Sangi da Silva, Certidão de Débito n. 51/2016 (f. 687/688) e Certidão de Débito n. 464/2017 (f. 721/721v); Luciano Portilho Borchio, Certidão de Débito n. 52/2016 (f. 689/690); Milton Moreira, Certidão de Débito n. 53/2016 (f. 691/692).

Destarte, considerando a realização do devido monitoramento remoto da execução por meio do ACOMPANHAMENTO CAMP n. 691270M1333 e 691270R548 encaminham-se os autos à Coordenadoria de Débito e Multa, para os fins dispostos nos arts. 10, I e II, e 12, I e II, ambos da Resolução n. 13/2013 e seu posterior arquivamento, sob a ocorrência “arquivamento c/ débito”.

Belo Horizonte, 22 de novembro de 2017.

Mônica Fonseca Almeida Santos

Diretora da Secretaria do Ministério Público de Contas em exercício¹
(Documento assinado digitalmente disponível no SGAP)

¹ Portaria n. 04/2016, do Ministério Público de Contas, publicada no DOC de 23/09/2016.